



DO SILENCIAMENTO PARA O RECONHECIMENTO: PSICOLOGIA ANTIRRACISTA NA DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO

*Nádia Meireles Moreira*¹

Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia, Brasília, Df, Brasil.

*Vinicius Dias Cunha*²

Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, Brasília, DF, Brasil.

Resumo: A partir das leituras propostas na disciplina Tópicos Especiais em Antropologia das Sociedades Complexas, o presente estudo busca chamar atenção para uma proposta contra colonial no contexto acadêmico e na comunidade, em especial da produção da ciência da Psicologia. Apresenta o processo histórico do racismo e os impactos gerados na vida da população negra brasileira. Apresenta uma análise crítica da Psicologia enquanto potencialidade na luta antirracista. Esboça por fim, considerações sobre a promoção de conteúdos étnicos-raciais nos programas de graduação e pós-graduação.

Palavras-Chave: Psicologia; Descolonização do pensamento; População Negra; Antirracismo; Contracolonização.

1 Psicóloga, especialista em Saúde Mental, Mestre em Psicologia Clínica e Cultura (Universidade de Brasília), Coordenadora e membro da ANPSINEP-DF, Vice-presidente da COMPIR de Luziânia - GO. E-mail: nadia.meirelesm@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1309-0298>

2 Psicólogo clínico, Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (universidade de Brasília - UnB), Mestrando do PPGDSCI/CEAM/UnB, integrante da Roda de Conversa de Homens Negros de Brasília. E-mail: viniciusrede@gmail.com ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6164-3187>



FROM SILENCE TO RECOGNITION: ANTI-RACIST PSYCHOLOGY IN THE DECOLONIZATION OF THOUGHT

Abstract: From the readings proposed in the subject Special Topics in Anthropology of Complex Societies, this study seeks to draw attention to a counter-colonial proposal in the academic context and in the community, especially in the production of the science of Psychology. It presents the historical process of racism and the impacts generated in the life of the Brazilian black population. It presents a critical analysis of Psychology as a potential in the anti-racist struggle. Finally, it outlines considerations on the promotion of ethnic-racial content in undergraduate and graduate programs.

Keywords: Psychology; Decolonization of thought; Black Population; Antiracism; Against colonization.

DEL SILENCIO AL RECONOCIMIENTO: LA PSICOLOGÍA ANTIRRACISTA EN LA DESCOLONIZACIÓN DEL PENSAMIENTO

Resumen: A partir de las lecturas propuestas en la asignatura Temas Especiales en Antropología de las Sociedades Complejas, este estudio busca llamar la atención sobre una propuesta contracoloniales en el contexto académico y en la comunidad, especialmente en la producción de la ciencia de la Psicología. Presenta el proceso histórico del racismo y los impactos generados en la vida de la población negra brasileña. Presenta un análisis crítico de la Psicología como potencialidad en la lucha antirracista. Finalmente, esboza consideraciones sobre la promoción del contenido étnico-racial en los programas de pregrado y posgrado.

Palabras-clave: Psicología; Descolonización del pensamiento; población negra; Anti racismo; Contra la colonización.

DU SILENCE À LA RECONNAISSANCE : LA PSYCHOLOGIE ANTIRRACISTE DANS LA DÉCOLONISATION DE LA PENSÉE

Résumé: À partir des lectures proposées dans la discipline Thèmes spéciaux en anthropologie des sociétés complexes, cette étude cherche à attirer l'attention sur une proposition contre-coloniale dans le contexte académique et dans la communauté, en particulier dans la production de la science de la psychologie. Il présente le processus historique du racisme et les impacts générés dans la vie de la population noire brésilienne. Il présente une analyse critique de la psychologie comme potentiel dans la lutte antiraciste. Enfin, il présente des considérations sur la promotion du contenu ethnique et racial dans les programmes de premier cycle et des cycles supérieurs.

Mots-clés: Psychologie ; Décolonisation de la pensée ; population noire ; Anti-racisme; Contre la colonisation.



INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento a liberdade pode ser assustadora. Pensar no dia 14 de Maio de 1888 nos faz refletir que a liberdade em um ambiente inóspito pode vir acompanhada de frustração. Não podemos confundir liberdade com emancipação. Por emancipação poderíamos pensar no sarcasmo cirúrgico de Lélia Gonzales (1984) quando diz que “o lixo vai falar, e numa boa”.

Esta introdução em um tom informal se faz importante diante da liberdade e suporte dada nas aulas ministradas no curso de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB). A forma de uma transmissão compartilhada do conhecimento choca-se com o modelo colonial de educação, adquirindo uma das formas de colonização do pensamento ditada por Quijano (1997). As cadeiras em fileiras, o professor em um púlpito localizado a frente de diversos estudantes, o sinal (que mais parece uma sirene em alguns estabelecimentos educacionais) autorizando a movimentação ou não no ambiente, as grades e muros...todo um ambiente arquitetado para o controle de corpos e consequentemente de seus pensamentos. Estamos aqui a falar de um modelo construído há séculos que modelou uma forma de pensar e também produziu teses que eram “cientificamente autorizadas”. Obviamente que tal investimento produziu um imaginário interpretativo, auxiliando decisões políticas e colonizando as mentes dos que vivem nas colônias.

É por isso que a valorização dos saberes tradicionais e o incentivo a produção de conhecimento, por vezes com narrativas da própria história de vida, tornaram o ambiente educacional da disciplina “*Tópicos Especiais em Antropologia das Sociedades Complexas*” uma espécie de ação contra colonizadora dentro de um espaço colonizador, afinal, estamos dentro da universidade.

Diante do exposto, acreditamos que trazer as narrativas negras, indígenas, faveladas, das mulheres, para dentro do espaço acadêmico é, para além de uma reparação histórica, uma contribuição que enriquece o espaço educacional. Ao mesmo tempo que insere-se contribuições para mudanças interiores, que farão da academia um espaço mais coerente com a realidade e o tempo das ruas, da vida cotidiana.



Começamos por falar de nós! As cotas raciais deram enorme contribuição para isso. Seria impossível corpos negros e indígenas adentrarem no espaço da academia sem trazer novas epistemologias ao cânone, produzido por estes mesmos espaços. Ou seja, a quantidade de novos intelectuais que adentravam o espaço acadêmico - e que outrora nem eram vistos/vistas como intelectuais - produzia uma intelectualidade orgânica, forçando adaptações da “velha intelectualidade”. Tal movimentação não é inédita, temos diversos exemplos que tiveram um papel de resistência diante do status quo impetrado pela branquitude intelectual brasileira, mas o que queremos chamar atenção diante disso é o acesso em massa desses grupamentos, por via de políticas públicas na educação.

A chamada “nova classe C” modificou a relação do mercado com esta parcela populacional. Através do consumo de massa, ações de marketing tiveram que se repensar em suas estratégias, mostrando que o capitalismo é rapidamente adaptável a realidades inovadoras. Com acesso ao consumo, serviços historicamente ofertados as chamadas classes A e B começaram a receber um público “mais humilde”. É aí que se intensificam também as produções e problematizações a uma Psicologia elitista e branca.

Mesmo que estudos como o de Sousa (1983), Bento (2002) e Bicudo (1945) já demonstra-se a deficiência da Psicologia em não falar da psique do negro, na atualidade as conceituações sobre o efeito do racismo na saúde mental de pessoas negras tem cada vez mais apontado para uma lacuna epistemológica na área da psicologia.

A concentração temática na vertente psicológica deste artigo se dá pelo fato dos dois autores serem psicólogos e negros, membros da Articulação Nacional de Pesquisadoras/es e Psicólogas/os Negras/os do Distrito Federal – ANPSINEP-DF e acompanharem as produções disciplinares que versam sobre saúde mental e questões raciais.

Acreditamos que a impessoalidade pregada pela academia não nos cabe, carregamos histórias ancestrais com orgulho e resistência para adentrar alguns espaços, desta forma começamos este artigo com uma breve introdução pessoal, uma forma de dizer dentro de um espaço onde corpos como o nosso eram raridades: “nós existimos”!



Diante do exposto, esse ensaio nasce integralmente fruto das reflexões que aconteceram diante da vivência do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu*, na Universidade de Brasília (UnB). Abordamos escritos que perpassam os simbolismos, imaginários e tentativas de respostas as possibilidades de psiquismos contra coloniais (BISPO, 2015).

Advém da disciplina de Antropologia onde Mestres e Maestras, Rezadeiras, Doutoradas e Doutores das medicinas tradicionais a realização do “encontro de saberes”, uma proposta de se levar para academia a troca e o compartilhamento de saberes tradicionais, para além do acadêmico. Temos aqui outra atitude contra colonial. Nossa escrita parte deste princípio, aprendido na disciplina supracitada, na tentativa de perceber as produções intelectuais para além do espaço - limitado - da academia. Neste sentido o cuidado com o corpo, o intelecto, a preservação do pensamento e da memória, pilares para uma produção de saúde mental, poderiam também ser pensados como rodas de conversas, compartilhamentos dos/das mais velhos/velhas com os mais novos, a tradição oral que necessita de contato comunitário. Sabemos que estas formas de estar no mundo são anteriores ao nascimento da ciência psicológica. É nesta toada que teceremos trançados de uma escrita impactada com o compartilhar, considerando a diversidade de origens e saberes que se constituiu a vivência da disciplina, que origina este estudo.

PENSAMENTO COLONIAL E RACISMO NO BRASIL

O Brasil teve sua formação através da invasão e permanência de povos europeus, em especial os Portugueses. Um dado objetivo e histórico na formação social brasileira foi a escravidão, impetrada primeiramente aos povos originários e logo depois através do sequestro e imigração forçada de Africanos e Africanas. Uma ação que contabiliza cerca de 5 milhões de vidas que foram trazidas pra cá sob o regime desumano de escravidão. Oficialmente este regime durou por 388 anos, sendo o Brasil hoje um país que data, após as chegadas dos invasores, 521 anos. Ou seja, matematicamente temos mais tempo de regime escravocrata do que de regime pós-abolicionista.

Para além da análise objetiva do regime escravocrata, as imposições coloniais formataram modos sociais, econômicos, um sistema religioso baseado nos valores cristãos, entre outras imposições em que os valores coloniais eram organizados e



atualizados. Pensar colonialmente é uma ideia consubstanciada do branco como universal, onde “O outro” – aquele que não é o homem branco – passa a ser racializado, afirma Paim Filho (2020). As concepções eugenistas e o mito da democracia racial fazem parte da construção colonial brasileira, que segundo Quijano (1997) continua se atualizando para além do período demarcado como colônia de Portugal (no caso brasileiro).

Sobre a origem do racismo, Paim Filho (2020) diz que é consequência da construção da ideia de raça, que começa a ser constituída a partir do século XIV/XV, inicia-se a concepção do postulado que atribui ao homem branco europeu o sinônimo de humanidade e inferioriza tudo o que não se parece com ele, tornando a sua organização social o modelo de civilização universal.

As desigualdades raciais têm origens históricas, causam sofrimento e são persistentes, afirma Munanga (2009). É um fenômeno ideológico, complexo e de manifestações globais. Goulart e Tannús (2007) afirmam que o racismo engloba comportamentos discriminatórios, disposições estruturais e práticas moralistas institucionalizadas.

Podemos entender o racismo como uma relação de poder, que através de um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores prega a superioridade de um grupo étnico-racial sobre outro. Theodoro (2019) aponta que é perpassado por construções sócio-históricas-culturais, e apresenta uma formatação diferenciada em cada localidade. No caso brasileiro esta relação impositiva se caracteriza com o grupo entendido como “pessoas brancas” enquanto detentores/as do poder, impondo sua supremacia aos grupos negros e indígenas. Em outros lugares o racismo pode adquirir outras configurações.

Manifestado por meio do preconceito e da discriminação racial acaba gerando uma forma privilegiada de se colocar no mundo: a branquitude. O preconceito estaria mais para um campo interno subjetivo das pessoas, enquanto a discriminação seria a manifestação do preconceito. Ambas são expressões negativas em relação ao pertencimento étnico-racial, alerta Santos (2001). Já em relação a branquitude, Bento (2002) dá preciosas contribuições para o entendimento deste fenômeno, onde uma das principais características entre os brancos, seria seu pacto narcísico, um sistema que visa



a valorização do ser branco e mecanismos de suporte intragrupo, fazendo assim com que o poder tenha uma manutenção entre seus iguais.

Na sociedade brasileira o racismo é estruturante e constitui a produção sistemática de segregação racial. Almeida (2019) define racismo estrutural como a formalização de práticas institucionais, culturais e interpessoais dentro de uma sociedade, que se estrutura de maneira a privilegiar um grupo social, em contrapartida prejudica e exclui substancialmente outros grupos. De modo consistente e constante causando disparidades que se desenvolvem ao longo de um período de tempo. As práticas de discriminação racial no Brasil impedem a ascensão social e tornam a identidade da pessoa negra desvalorizada, podendo gerar também adoecimento emocional significativo, aponta Bento (2002).

Sobre o conceito “raça”, Osório (2003) alerta que, apesar do que se discute sobre a espécie humana ser indivisível e não haver diferentes raças humanas por variações biológicas, se faz necessário legitimar o termo social de raça, na medida em que traços fenotípicos são critérios para discriminações. Em outras palavras, “raça” é um signo cujo significado só pode ser encontrado na experiência do racismo, aponta Munanga (2009). “Sabemos que o conteúdo da raça é social e político. Se para o biólogo molecular ou o geneticista humano a raça não existe, ela existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas” (p.52). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza o quesito cor – branca, preta, parda, amarela e indígena – para inclusão nos documentos oficiais e sistemas de informação do Brasil, é resultado do empenho de pesquisas em áreas de demografia e saúde (Brasil, 2019). Se caracteriza como importante instrumento para a construção de políticas públicas, bem como sinaliza disparidades raciais.

O PENSAMENTO CONTRA COLONIAL E A LUTA ANTIRRACISTA

Diante do exposto percebemos que o racismo também age no campo psíquico através de mecanismos que validam imaginários em uma sociedade. A disputa narrativa sobre o que é ciência, as religiões e suas ideias de certo e errado embasa uma moral social. A lei, a mídia e a cultura são alguns dos mecanismos de controle e criação de símbolos sociais. É neste sentido que a Psicologia pode (e deve) pensar uma normalidade racial construída por estes mecanismos. Bispo (2015) através da pesquisa



de bulas papais demonstra uma construção da lei através de autorizações e desautorizações da igreja católica, formulando assim uma ordem social vigente. Nas palavras de Bispo: “E como se não bastasse o terror psicológico, a invenção do trabalho como castigo e o amaldiçoamento dos frutos da terra, os versículos que vamos apresentar agora também comprovam o uso dos textos bíblicos como fundamento ideológico para a tragédia da escravidão” (p. 31)

Ao falarmos de validação de imaginários queremos chamar atenção para o que é formado enquanto realidade. Hampaté Bâ (2010) no texto “A tradição viva” narra passagens sobre diversas tradições que se baseiam na oralidade. Tais culturas têm diversas maneiras de assegurar o compromisso com o saber oral, que vão formulando o que seria a verdade destes povos. A fala, segundo o autor, seria o “grande ativo da magia africana” (p. 173). Tal relação com a fala logicamente altera sentidos e significados das pessoas envolvidas. A relação com a verdade, por exemplo, para além de um aspecto moral (muito comum em contextos ocidentais), torna-se uma manutenção da tradição, uma vez que sua transmissão será revelada pela fala (e escuta). A verdade é a mantenedora da passagem fidedigna para as próximas gerações.

A colônia se funda nos modos de significação impostos por violência, moldando um subjetivismo a força nos dominados e privilegiado para os donos do poder. Uma das maneiras de descolonizar o pensamento seria chamar atenção para outros possíveis modos de estar e ser no mundo. As demonstrações de possibilidades elencadas por Hampaté Bâ, por exemplo, dialogam diretamente com considerações feitas pela professora Oyèrónké Oyèwùmí, quando diz que o ocidente privilegia o sentido da visão. Inclusive dando sentido a uma “visão de mundo”, uma “cosmovisão”. Oyèwùmí (2002) declara que na sociedade que ela nasceu existem outras formas de “leitura” do mundo, como a leitura através da escuta, por exemplo. Diante disso a intelectual sugestiona o conceito de “cosmopercepção” como uma maneira mais inclusiva de pensarmos outras cosmologias.

Este esboço exemplifica o posicionamento colonial da sociedade que foi sistematicamente discutido e/ou combatido pelo movimento negro, na intenção da desconstrução racial operante em nosso país. Munanga (2009) diz que o movimento negro está há muitas décadas falando sobre equidade racial, sendo “anterior as políticas

de cotas, tem proposta política de construir a solidariedade e a identidade dos excluídos pelo racismo à brasileira” (p.53).

A luta antirracista, de acordo com Rocha, Torrenté e Coelho (2021), apresenta contornos muito próprios, considerando que a principal marca da realidade brasileira é a constante tentativa de invisibilizar ou naturalizar o problema racial. Exemplos práticos e de construção de simbólicos no Brasil são as políticas de embranquecimento da população e o mito da democracia racial.

Uma ideologia antirracista, segundo Alves, Costa e Castelar (2020), é combativa ao racismo presente nas relações sociais, em todos os aspectos. Diante da estruturação complexa do racismo, corroborando com Botelho e Nascimento (2016), é fundamental compreender o quanto as políticas de ações afirmativas potencializam e fortalecem a construção de identidades coletivas. Promovendo uma reparação histórica, ao mesmo tempo em que, contribui para uma sociedade mais igualitária e combativa ao racismo.

Nesta perspectiva, “ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar sobre a efetividade das políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, este movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante.” (GOMES, 2012, p. 733).

O Estado tem recursos (e responsabilidade) para viabilizar programas que propiciam condições mais igualitárias de qualidade de vida. Na saúde a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), por exemplo, se refere ao conjunto de ações que prioriza o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e serviços do SUS (Brasil, 2017). São diretrizes voltadas para a melhoria das condições de saúde desse segmento populacional. A PNSIPN reconhece que o racismo vivenciado pela população negra incide negativamente em sua saúde física e mental, comprometendo assim a sua qualidade de vida.

No campo educacional Figueiredo (2017) relata as tensões causadas pelos estudos raciais a partir da entrada de estudantes negros nas universidades. Isso nos faz pensar que a estrutura racista é permanentemente composta por camadas. A garantia de entrada de estudantes negros não condiciona a uma diminuição ou quebra integral do racismo, até porquê neste exemplo - inserção nas universidades - requer se pensar além



da entrada nestes ambientes, mas permanência, situação socioeconômica do ingressante, entre tantas outras.

Sobre as cotas como acesso ao ensino superior e as barreiras de permanência no ensino superior, Carvalho, Makota, de Carvalho e Costa (2020) referem que as universidades tornaram-se progressivamente um espaço cada vez mais familiar às lógicas empresariais do estado, tornando um ambiente hegemonicamente branco. “A população negra teve de criar formas de resistência e sobrevivência nesse sistema que buscou e busca incessantemente seu desaparecimento” (p.141). Apontam também que a universidade ainda é uma máquina poderosa de colonização, mas também pode ser uma fonte poderosa de transformação social, podendo elaborar novos caminhos e referenciais. Conforme apresenta Carvalho (2018), as cotas raciais, no contexto acadêmico, suscitam debate sobre o caráter eurocêntrico e excessivamente colonizado. O autor enfatiza ainda que a centralidade, das lutas antirracistas e descolonizadoras nas instituições, precisa também do papel crítico dos docentes no espaço acadêmico, ocasionando assim um espaço de luta no ambiente dos servidores.

Diante do exposto, “racializar significa transformar esse outro em um ser destituído de valor – o resto – sobre uma suposta hierarquização das raças: o racismo se faz acontecer com seus fundamentos estruturais calcados em fatores econômicos, políticos e sociais com seus desdobramentos na produção das subjetividades” (PAIM FILHO, 2020, p.3).

Racializar é preciso para gerar pertencimento, porém internamente a uma disputa de narrativa onde a negritude é vista de forma potente e positiva. É necessário para descolonizar o pensamento, ao mesmo tempo legitimar a cultura negra. Combatendo a naturalização de falas racista; combatendo a aceitação de violência que a população negra é inserida; desnaturalizando a sub intelectualidade, a menor valia, a precarização laboral; é necessário problematizar o vocabulário que menospreza as negritudes, as linguagens instituídas e normalizadas com o menosprezo à negritude. Deslegitimar a figura da pessoa negra aos pensamentos pejorativos e valorizar o pioneirismo dos povos tradicionais nas tradições brasileiras. Neste sentido as políticas públicas são meios legais para isso, geralmente adquiridos através das lutas dos movimentos sociais negros.



Beatriz Nascimento (2007), registra em “meu negro interno” que subjetivamente reagimos diante de uma realidade opressora e resolvemos as questões que nos fustigam, hoje, nossas mentes, ontem nossos corpos. Quando pretendo explicar o que se produziu em quatro séculos de repressão, de ausência de ser, vejo somente uma imensa amnésia coletiva que nos faz sofrer brutalmente. “Existia realmente um ‘negro dentro de mim’ maior, estupidamente maior que o de fora, mas ele permanecia negando o direito de ingressar na ‘democracia racial brasileira’ (p.96). “Ascendi de classe não para ser negra, mas para me “igualar ao branco”, não para ser gente, mas para o “branco me aceitar” (p.95)

Osmundo Pinho (2010), por sua vez, busca superar, em sua análise, a questão da heterogeneidade (às vezes, quase antagônica) das identidades e dos discursos negros na reafirmação. Para isso, introduz a problemática central do “corpo negro reinventado”. Abarcando as principais questões da formação do campo dos estudos afro-brasileiros ligadas em particular aos temas da miscigenação e da assimilação, que produziram as “raças” e o “problema negro”. Revela também as confluências de discursos e as manipulações racistas existentes entre os intelectuais.

Outro aspecto significativo na engrenagem racista é o apagamento e a invisibilidade da intelectualidade negra. A sociedade que por meio dos construtos racistas inviabiliza o reconhecimento e potência da população negra, promovendo dominação cotidianamente. Temos a noção da histórica efetivação de práticas racistas para a construção do que hoje compreendemos como sociedade moderna.

A provocação de Lima (2001) “mas existe um outro Brasil possível para os negros além do samba e do futebol?” (p.283) representa o imaginário social sob a pessoa negra, no nosso país. Prestes (2020) e Soares e Machado (2017) apresentam reflexões sobre o racismo científico. Problematizando o lugar da figura negra, na produção científica e literatura afro-brasileira. Sendo um espaço de disputa e busca por reconhecimento. “A história das negras e dos negros no Brasil, localizada no interior de um sistema de forças coloniais que caracterizaram e ainda caracterizam a constituição identitária do país, ocupa uma posição subalternizada em relação às narrativas sobre conhecimento, principalmente quando analisada a produção escrita nacional” (SOARES e MACHADO, 2017, p.205).



Sobre a produção de conhecimento, Prestes (2020) ressalta a influência do racismo institucional no campo Psi, que tendo o branco como referencial, impõe exigências alienadas, configurando-se um achismo de insuficiência em relação às referências teóricas dos cientistas negros. Esboça que “ao analisar o escopo de produções de algumas das principais figuras negras, conclui-se que ensurdecimentos e cegueiras precisam ser revestidas por um ecoar de vozes que permitam não somente dar abertura para tantos trabalhos realizados, mas também estabelecer descolonização sob o campo científico”. (p.73) Pontua ainda que lentamente esse cenário vem sendo modificado pela ação de figuras negras que, de dentro do campo, reivindicam e produzem mudanças efetivas através de uma produção de conhecimento racializada.

Lima (2001) pontua que outro país possível para a população negra é aquele esboçado no meio acadêmico brasileiro. Entretanto, quando ciente da subalternidade, /ao intelectual negra/negro precisa se atentar aos limites da sua fala. Considerando que antes de ser agente reflexivo é “objeto de estudo científico”. A consciência subalterna lhe autoriza a falar sobre a diferença negra no Brasil, por outro lado, espreita seu grau de incorporação de uma “objetividade” científica universal. Porém “como pode um intelectual negro articular o confronto na academia sem confundir sua fala com o discurso militante? Pode incorporar em sua fala, a ousadia, a criatividade e a acuidade (LIMA, 2001, p. 297)”. Uma vez que as categorias de gênero, de raça, classe, território, idade, contexto são pertencimentos dos movimentos militantes. E essa transversalidade em tudo se relaciona com a questão étnico-racial.

Abarcar “a produção de negros sobre negros, fazendo referência à cultura negra” (SOARES e MACHADO, 2017, p.205) é uma estratégia de enfrentamento a ser encampado pela Psicologia como ciência, pelas instâncias representativas da categoria e também pelas instituições de formação, incentivando desta forma a produção do conhecimento científico sensível a saúde da população negra (BRASIL, 2017).

PAPEL DA PSICOLOGIA NO PENSAMENTO CONTRA COLONIAL

A atual configuração das relações raciais, no Brasil, ainda é base de assimetria entre grupos populacionais, afirmam Ignácio e Mattos (2019). Enfatizado por Santana (2017) que a pertença racial é fator relevante nos modos desiguais de nascer, crescer e



viver ao longo da vida, temos aí um imbróglgio social complexo no Brasil, onde questões raciais são facilmente confundidas com questões sociais como uma tentativa de enfraquecimento da pauta de raça nas lutas. Nesse sentido, o racismo é o principal organizador de desigualdade, que produz, dentre outros efeitos, sofrimento psíquico na população negra, no Brasil, indicam Santos e Schucman (2015).

A Psicologia é um campo clínico, ético-político e cultural pautado nos valores da solidariedade, democracia, liberdade e equidade social. Pode ser via combativa e preventiva ao racismo promovendo saúde psíquica além de consultório, conforme mencionado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2002). Pode impulsionar estratégias voltadas para a temática da igualdade racial e por meio destas, mudanças de mecanismos institucionalizados, tal postura inclusive é incentivada pelo CFP através da Resolução 18/2002.

Nos espaços clínicos ou de qualquer campo de atuação do profissional de Psicologia, é necessário que possamos qualificar a escuta com vistas a enfrentar práticas racistas. Santana (2017) e Camargo (2018) dizem que qualificar a escuta psicológica tem a ver com impedir que as narrativas de pessoas negras sejam ignoradas, incompreendidas, negligenciadas, ou seja, invisibilizadas e silenciadas.

A realidade experienciada pelo racismo, em relação aos encontros subjetivos, conhecimentos e compreensão, causam profundos danos psíquicos, segundo Kilomba (2019). Assim a Psicologia, enquanto uma ciência social/humana, tem potencialidade para transformar o imaginário social perpassado por construções racistas, que transversalizam o olhar para as especificidades da população negra.

A pesquisadora Kilomba (2019), contribui sobremaneira para a compreensão da história de silenciamento e sofrimento do povo negro. Usando a metáfora da máscara, um objeto que foi usado nos tempos da escravidão para objetivamente silenciar escravizadas/os que incomodavam “os senhores”. Fala sobre a máscara do silenciamento que atuou instaurando senso de “mudez e de medo” (p.33), um mecanismo que perdura até hoje no campo simbólico de pessoas negras. Um processo minucioso de silenciar as vozes potentes, que se estende ao longo da história, especialmente para mulheres negras. No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial (KILOMBA, 2019, p.34). Esse



“silenciamento”, agressivo e violento, será rompido apenas quando o mecanismo do racismo for reconhecido e combatido em todas as esferas sociais. Lima (2001) corrobora com Kilomba quando afirma que “a condição de subalternidade é a condição do silêncio. O subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado” (p.4).

Uma Psicologia que se proponha antirracista, necessariamente reconhece o poder do racismo na construção subjetiva da população brasileira. Assim como, ao reconhecer, permite que pessoas negras possam ser verdadeiramente ouvidas, enquanto sujeitos que “podem” falar, possibilidade essa que não pode acontecer desconectada do chamado papel social da Psicologia, ancorado nas necessidades urgentes de transformação da sociedade.

Ultimamente, muito se tem falado sobre “lugar de fala”. O que se torna pertinente questionar sobre “lugar de escuta”, principalmente para populações segregadas da inclusão social, como a população negra. Pode a Psicologia escutar? (FARIAS e DAVID 2020). Esta se torna uma indagação digna de nossos tempos. Com a possibilidade adquirida, após acessos a bens de consumo pelas populações com menor poder aquisitivo desde 2003 com o governo vigente na época, de aquisição de serviços tidos historicamente como “da classe média”, a Psicologia também foi impactada pela escuta de novas vivências.

O CFP, a partir da pressão dos movimentos e articulações de luta antirracista, tem apresentado instrumentos essenciais que estimula o exercício da profissão empenhado no papel político de atenção ao sofrimento psíquico decorrente do racismo no Brasil. A Resolução 18/2002, que “estabelece normas de atuação para psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial” (CFP, 2018) e a Cartilha Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da/o Psicóloga/o (CFP, 2017) são os principais instrumentos legais para prática antirracista no exercício da profissão de Psicóloga/o.

Considerando que a produção acadêmica da Psicologia sobre relações raciais está tendo cada vez mais publicações (CONSOLAÇÃO, 2007; ZAMORA, 2012; RIBEIRO, 2017; VEIGA, 2019; GOUVEIA e ZANELLO, 2018; PRESTES, 2020; CFP, 2020; TAVARES e COSTA, 2020; FONSECA, 2021; ARRELIA, 2021)



acreditamos que esta ciência também pode dar suas contribuições inseridas no campo político, educacional e comunitário. Alertando para os efeitos psicossociais que o racismo condiciona a população brasileira e buscando meios para enfrentamento deste fenômeno.

Na sociedade brasileira, o racismo é um fenômeno presente e negado, ao mesmo tempo, salienta Zamora (2012). Considerando que este fenômeno impacta a saúde mental das pessoas negras, é fundamental conhecer e reconhecer a necessidade de reformulações das ciências que foram embasadas por vertentes europeias de pensamento. A importância de descolonizar o pensamento se faz primordial para compreender as relações étnico-raciais, sendo um processo contínuo de resistir às hierarquias raciais no contexto acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para dar identidade ao nosso ensaio/desabafo/artigo, começamos pontuando sobre quem somos: Psis, negros, residindo em cidades periféricas, fazendo revoluções. A condição de se nomear para pessoas negras torna-se um ato político. Kilomba (2019) através do uso da simbologia da máscara (uma condição real que pessoas escravizadas eram assujeitadas) evidencia que a condição de falante é a condição de sujeito, neste caso um sujeito negro.

Apesar do Brasil não ter vivenciado uma política segregacionista, a exclusão da população negra foi/é legitimada através de outros mecanismos complexos de manutenção do poder. São exemplos disso o racismo estrutural, as políticas de branqueamento da população, o mito da democracia racial. Tal fato pode ser percebido na invisibilidade do povo negro em conquistas e lugares sociais tidos como privilegiados. Há o apagamento das pessoas negras na intelectualidade e nos avanços históricos, enquanto ao mesmo tempo a mídia naturaliza o sofrimento da população negra, romantiza através de suas produções os estereótipos que violam direitos e legitimam a violência, seguindo assim com o genocídio (seja simbólico ou objetivo) do povo negro no Brasil, como desenha Nascimento (2016). Muitas dessas violações são assistidas e normatizadas pela grande mídia, não gerando incômodo popular. Todos esses aspectos deveriam perpassar a construção de uma Psicologia crítica, enquanto



ciência, automaticamente impactando na atuação dos profissionais, que historicamente desconsideram questões de raça como marcadores fundamentais para a compreensão da realidade mental do povo brasileiro.

A contribuição, das reflexões oriundas desse estudo, foi grandiosa para nossa pesquisa, formação e atuação. Além de nos conscientizar sobre quem somos e qual lugar ocupamos, o formato libertário estimulado na vivência da disciplina – Encontro de Saberes – acabou possibilitando uma condição mais ampla de pesquisar sobre o tema. A promoção de conteúdos étnicos-raciais nos programas de graduação e pós-graduação foi outra realidade que nos fazia vibrar com as possibilidades de nos narrar de forma positiva, potente e a partir do EU, algo tão importante para a Psicologia, que se coloca no lugar emancipatório de sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Polén, 2019.
- ARRELIAS, Livia. Reflexões da clínica gestáltica sobre relações raciais. In: Nascimento, L. C. S. & Vale, K. S. *Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes, outros olhares*. Atena, 2020.
- ALVES, Cristiane Alves; COSTA, Eliane Silvia e CASTELAR, Marilda. Psicologias Antirracistas: Desafios Epistemológicos, Metodológicos e Ético-Políticos. *Psicologia Ciência e Profissão*. 2020
- BENTO, Maria Aparecida Silva. *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.
- BOTELHO, Denise; NASCIMENTO, Wanderson Flor do. Celebração móvel: Políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça. In: SANTOS, Deborah Silva; GARCIA-FILICE, Renísia Cristina; RODRIGUES, Ruth Meyre Mota. *A transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas*. 1. ed., São Paulo: Comunicação Integrada, 2016.
- BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Sociologia e Política, 1945.
- BISPO DOS SANTOS, Antonio. *Colonização, Quilombos: Modos e significados*. Instituto de Inclusão em Ensino Superior. Brasília: 2015
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de saúde integral da população negra: uma política do SUS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017.



CAMARGO, David Emiliano de. *Saúde Mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil*. Dissertação – Programa de pós-graduação em Psicologia Social; Universidade Católica de São Paulo; São Paulo, 2018.

CARVALHO, José Jorge; MAKOTA, Kidoiale; DE CARVALHO, Emílio Nolasco; COSTA, Samira Lima. Sofrimento Psíquico na Universidade, Psicossociologia e Encontro de Saberes. *Sociedade & Estado*. V. 35, nº1, Janeiro/Abril, 2020. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010007>

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de Saberes e Descolonização: Para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonado; GROSSFOGUEL, Ramón (orgs), *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*, 79-106. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Resolução Nº018/2002. *Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). *Comissão de Direitos Humanos do CFP*. 1ª edição. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2020.

CONSOLAÇÃO, Maria André da. Psicossociologia e Negritude: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*. v.23, n.2, p. 87-102. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v27n2/v27n2a10.pdf> Acesso em: 20/01/2023.

FIGUEIREDO, Angela. *Descolonização do conhecimento no séc. XXI*. In *Descolonização do conhecimento no contexto afro-brasileiro / organizado por Ana Rita Santiago... [et al.]*. – Cruz das Almas/BA: UFRB, 2017.

FONSECA, Samanta Santos da. Racismo à brasileira e sofrimento psíquico da população negra: contribuições da Gestalt-terapia. In Marras, M. (org.). *Angústias contemporâneas e Gestalt-terapia*. (1ed.)Summus, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20/01/2023.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, *Revista Ciências Sociais Hoje*. ANPOCS, 1984. p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%20A9lia%20-



GOULART, Flávio; TANNÚS, Liliane. *Subsídios para o enfrentamento do racismo na saúde*. DFID- Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional. Brasília, 2007.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*. v.38, nº3, p.450-464. 2018. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>

HAMPATÉ BÂ, Amadou. *A tradição viva*. História Geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. 2-ed.rev - Brasília: UNESCO, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Informações Demográficas e Socioeconômica, *Informativos sobre Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Nº 41.019. Disponível em> <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20/01/2020.

IGNÁCIO, Marcos Vinicius Marques; MATTOS, Ruben Araújo. O grupo de trabalho racismo e saúde mental do Ministério da Saúde: a saúde mental da população negra como questão. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v.43, n.8, p.66-78, 2019. <https://doi.org/10.1590/0103-11042019S805>

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Episódios de racismo cotidiano. Portugal. Ed. Orfeu Negro, 2019.

LIMA, Arivaldo A Legitimação do Intelectual Negro no Meio Acadêmico Brasileiro: Negação de Inferioridade, Confronto ou Assimilação Intelectual? *Afro-Ásia*, n. 25-26, p. 281-312, 2001. <https://doi.org/10.9771/aa.v0i25-26.21015>

MUNANGA, Kabengele. *Negritude usos e sentidos*. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do povo negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3ª edição. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz Em: Alex Rats (org), *Eu Sou Atlântica*. São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Visualizing the Body: Western Theories and African Subjects in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002, p. 391-415. Tradução para uso didático de wanderson flor do nascimento.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O Sistema Classificatório se “Cor ou Raça” do IBGE*. In: Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA), Brasília-DF, 2003.

PAIM FILHO, Ignácio Alves. *Racismo: por uma psicanálise implicada*. São Paulo: Artes e Ecos, 2020.



PINHO, Osmundo Santos de Araujo. *O mundo negro: hermenêutica crítica da reafricanização em Salvador*. Curitiba: Editora Progressiva/Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2010.

PRESTES, Clélia Rosane Santos. Não sou eu do campo psi? Vozes de Juliano Moreira e outras figuras negras. *Revista ABPN*. v.12, n. edição especial, p.55-77, 2020. <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.c3.p52-77>

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: *Anuário Mariateguiano*. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997

RIBEIRO, Emanuele Oliveira. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. *Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, UFRB*, v.2, nº 4, p.166-178, 2017.

ROCHA, Renan Vieira de Santa; TORRENTÉ, Mônica Nunes de; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. *Saúde mental e racismo à brasileira: narrativas de trabalhadoras e trabalhadores da Atenção Psicossocial*. Salvador: Editora Devires, 2021.

ROSA, Evellyn Gonçalves da e ALVES, Míriam Cristina. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. *Psicologia Ciência e Profissão*. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>

SANTANA, Mônica Feitosa. *Muito além de cor de pele: Psicologia, Saúde Mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de Suzano*. Dissertação – Programa de pós-graduação em Psicologia Social, Saúde Coletiva e Política; Universidade de São Paulo; São Paulo, 2017.

SOARES, Lisandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. Escrevivências como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*. v.17, n.39, p. 203-219. 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7306139/mod_resource/content/1/Escrevive%CC%82ncias%20como%20ferramenta%20metodolo%CC%81gica%20na%20produc%CC%A7a%CC%83o%20de%20conhecimento%20em%20Psicologia%20Social.pdf
Acesso em: 20/01/2023.

SANTOS, Alessandro de Oliveira; SCHUCMAN, Lia Vainer. Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos(as). *Revista EPOS*. v.6, n.2, p.117-140, jul-dez, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200007 Acesso em: 20/01/2023.

SANTOS, Helio. Discriminação Racial no Brasil. (Sabóia, 2001). Disponível em: https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2008/10/discriminacao_racial_no_brasil.pdf Acesso em: 20/01/2023.

SOUSA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.



TAVARES, Jeane Saskya Campos; COSTA, Eliane Silvia. In: Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2020). *Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia*. 1ª edição. Brasília, 2020.

THEODORO, Mário. A implementação de uma agenda racial de políticas públicas: a experiência brasileira. In Arretche, M.; Marques, E.; Faria, C. A. P. *As Políticas da Política: desigualdade e inclusão nos governos do PSDB e PT*. São Paulo: Editora Unesp, pp. 345-369. 2019.

VEIGA, Lucas. Motta. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia*. V.31, p.244-248, set./dez., 2019. https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i_esp/29000

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*. v.24, n.3, p.563-578, dez./fev., 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/X/Downloads/4915-Texto%20do%20Artigo-19169-1-10-20121231.pdf>
Acesso em: 20/01/2023.

Recebido em: 18/08/2023

Aprovado em: 18/09/2023